



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O PAPEL DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um olhar para o fazer pedagógico dos professores da EMEB Santa Luzia, Penedo/Alagoas

Beatriz Santos Silva¹

Vitor Igor Pedro Jessé²

Maria Lúcia Pereira Silva Lima³

Jonas dos Santos Lima⁴

RESUMO

Esse estudo tem como foco a educação inclusiva, especificamente, sobre o papel do professor para que ela aconteça de forma significativa. O objetivo geral dessa pesquisa compreende analisar o impacto da educação inclusiva na promoção dos direitos dos alunos que portam algum tipo de deficiência. A hipótese dessa pesquisa é de que por meio da capacitação contínua; uso de tecnologias; atividades acolhedoras e colaborativas, o docente pode promover a efetivação da educação inclusiva. Essa pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica, quali-quantitativa com ênfase em realizar uma descrição de como o docente pode promover a efetivação da educação inclusiva, especificamente, na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). E para a coleta de dados, também foi realizada a aplicação de um questionário na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Portanto, respondendo a problemática desse artigo, o docente pode promover a efetivação da educação inclusiva na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) por meio de palestras com os alunos e conscientização para que os alunos neurodivergentes venham ter mais acolhimento em sala e na escola; por meio do aprimoramento pessoal com os cursos de formação continuada voltada para educação inclusiva; realizar projetos de inclusão; e abordando temas como inclusão, neurodiversidade e estratégias de ensino diferenciadas.

Palavras-chave: autismo; educação especial; inclusão.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: biasantana41439@gmail.com

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM. E-mail: vitorigor2017@gmail.com

³ Prof.^a Ma. Docente do curso de Pedagogia da FRM. E-mail: lucia82@gmail.com

⁴ Prof. Dr. Jonas dos Santos Lima – docente da Faculdade Raimundo Marinho de Penedo. E-mail: jonas@frm.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma medida de natureza educacional que tem como finalidade garantir a todos os discentes o direito à educação, independentemente de quaisquer diferenças. Nesse cenário, pode-se afirmar que essa modalidade de educação promove a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, inclusive, àqueles que apresentam algum tipo de deficiência. No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o direito à educação e uma escolarização digna para todos passou a ser uma preocupação de diversas nações, colaborando para que a inclusão passasse a obter maior protagonismo no âmbito escolar (Gonçalves, 2023).

No âmbito nacional, legislações e Políticas Públicas são implementadas em conjunto como forma de promover a educação inclusiva. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Política Nacional de Educação Especial (2008); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência; a Lei nº 12.764, de 2012, são alguns dos marcos legais e Políticas Públicas direcionadas para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

O objetivo geral dessa pesquisa compreende analisar o impacto da educação inclusiva na promoção dos direitos dos alunos neurodivergentes. Nesse escopo, os objetivos específicos do estudo

compreendem: identificar o papel do professor na educação inclusiva de acordo com a legislação brasileira; descrever os desafios enfrentados pelos docentes em face da promoção da educação inclusiva, e analisar mecanismos de promoção da educação inclusiva na EMEB Santa Luzia.

Essa temática é atual e de expressiva relevância acadêmica. Nesse contexto, essa pesquisa se justifica diante da importância de criar medidas de promoção da educação inclusiva em todo o âmbito nacional como forma de garantir a consolidação de uma sociedade igualitária para todos os indivíduos.

A problemática que se busca investigar nessa pesquisa é norteadada por meio da indagação a seguir: Quais os desafios enfrentados pelos docentes e como promover a efetivação da educação inclusiva na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB)? A hipótese dessa pesquisa é de que a ausência da capacitação contínua; a falta de recursos adequados, a dificuldade para lidar com alunos neurodivergentes impedem a efetivação da educação inclusiva.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.10 PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O conjunto de normas que disciplinam a implementação da inclusão no sistema educacional brasileiro é amplo e precisa ser referenciado neste trabalho. Bem como o papel

do professor para cumprir essas normas. Para tanto, preliminarmente, é essencial mencionar a Constituição da República Federativa do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF/88) apresenta diversos dispositivos sobre a implementação da educação em nível nacional. Em seu artigo 205, a CF/88 determina que a educação é um direito de todas as pessoas, e deve ser promovida e incentivada de forma colaborativa com toda a sociedade, com o propósito de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). No artigo 208, inciso III, a CF/88 prossegue determinando que o dever do Estado deverá ser efetivado por meio do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Por meio da CF/88, outras normas foram criadas para efetivar a promoção da educação inclusive, Políticas Públicas foram criadas para essa finalidade. Outro exemplo de legislação que disciplina a inclusão das pessoas com deficiência é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O artigo 8º, da Lei nº 13.146/2015, prevê:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com

prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (Brasil, Lei nº 13.146, 2015).

O dispositivo 8º menciona que é dever do Estado assegurar diversos direitos à pessoa com deficiência, dentre eles, o direito à educação. Nesse mesmo sentido, a Lei nº 9.394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dispõe a partir do seu artigo 58, o Capítulo V, que menciona a educação especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços

especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...] (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

A educação especial deve ser ofertada, preferencialmente, no ensino regular, e tem como enfoque os discentes que apresentam qualquer tipo de deficiência. No mesmo dispositivo da LDB, artigo 58, é previsto que deverá existir serviços de apoio especializado quando for necessário.

O apoio especializado é essencial para lidar com alunos que apresentam necessidades específicas condizentes com sua deficiência. O artigo 59, da LDB, ressalta a necessidade dos sistemas de ensino em assegurar aos educandos com deficiência currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender às necessidades dos alunos. Somado a isso, também deverão ser assegurados professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, assim como docentes qualificados para integrar os alunos deficientes nas classes comuns (Brasil, Lei nº 9.394, 1996).

Observa-se que é assegurada a pessoa com deficiência leis que garantem a acessibilidade, a educação, o trabalho, o lazer, além de outros direitos como auxílios financeiros para que esses indivíduos e suas

famílias possam viver com dignidade. Apesar de inúmeras normas prevendo esses direitos, é notório que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

No âmbito educacional, é aconselhado que o processo de ensino e aprendizagem seja realizado de modo funcional e prático, para o atendimento de alunos que manifestam algum tipo de deficiência que comprometam o “funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, e também é vital organizar e estruturar o ambiente de modo que fique acessível a todos os discentes.” (Leite, 2020, p. 2). Adaptar a estrutura educacional, bem como aprimorar os currículos dos docentes é fundamental em uma sociedade em que, cada vez, as escolas recebem pessoas com algum tipo de deficiência.

No contexto escolar, a educação inclusiva dá-se por meio da “participação efetiva de todas as crianças, sem qualquer tipo de distinção, em qualquer atividade que for proposta pela escola” (Silveira, Santos, Stascxak, 2021, p. 2), uma vez que a instituição de ensino deve promover o desenvolvimento integral dos alunos, independentemente, das particularidades de cada um.

A Declaração de Salamanca (1994) enfatiza a importância da formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. O documento defende que a qualificação docente é essencial para que a educação inclusiva seja eficaz. Então, um dos

papeis do professor é buscar constantemente essa formação para seja capaz de se adequar as novas demandas educacionais vindas da educação especial.

Acerca do papel do professor diante de alunos neurodivergentes, o autor Vigotski (2022, p. 91) destaca “A tarefa consiste em vincular a pedagogia da criança com defeito (...) aos princípios e métodos gerais da educação social e em encontrar o sistema que permita unir a pedagogia especial à pedagogia da infância normal.”.

A formação dos professores para lidar com alunos que expressam necessidades especiais é fundamental, uma vez que eles são responsáveis pela inclusão dos discentes no processo de ensino e aprendizagem, independentemente de qualquer característica do discente. Nesse entorno, Mantoan (2003, p. 15) comenta que as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.”. Com isso, a inclusão corresponde a uma alteração na perspectiva educacional, haja vista que não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os outros.

Por último, com base na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, da qual Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no que concerne ao atendimento educacional especializado, os professores têm como função adotar práticas pedagógicas

inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada. Além disso, incumbe ao poder público implementar a “formação e disponibilização de docentes para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.” (Brasil, Lei nº 13.146/2015, online).

2.2 DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS DOCENTES EM FACE DA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta seção, serão abordados alguns desafios que o professor da educação especial precisa enfrentar para que a educação inclusiva, de fato, aconteça. Dessa forma é essencial salientar que os docentes precisam lidar com diversos desafios para implementar ações de inclusão dentro do âmbito escolar, uma vez que para isso é necessário a formação contínua, personalização do ensino, uso de recursos tecnológicos, condutas acolhedoras e parceria com as famílias.

A formação continuada consiste em um processo de aprendizagem realizado após a formação inicial, com o propósito de aperfeiçoamento de técnicas e habilidades em favor da efetivação da aprendizagem para todos os alunos, inclusive, os alunos com necessidades especiais. Diante disso, a autora Mantoan (2003, p. 24) comenta que “todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores

aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças.”.

Vale salientar que “o uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas ditas regulares.” (Mantoan, 2003, p. 22), são essenciais para a promoção da educação inclusiva.

Ainda sobre os desafios enfrentados pelo docente para a promoção da educação inclusiva, ressalta-se que são diversos. Um dos obstáculos existentes é a necessidade de haver o desenvolvimento de uma educação de qualidade com foco em práticas pedagógicas abrangentes. Ademais, esses desafios podem ser entendidos como barreiras que limitam a participação efetiva e completa desses alunos na sociedade (Seabra *et al.*, 2024, p. 13).

Condutas acolhedoras e o suporte da família são recursos fundamentais para a promoção da inclusão do aluno com deficiência e, conseqüentemente, para a superação dos desafios presentes no processo de inclusão de discentes com necessidades especiais. Ainda sobre as ferramentas de combate dos desafios que permeiam a educação especial, destacam-se “ações interprofissionais, envolvendo educadores, tecnólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, têm sido destacadas como práticas de sucesso na implementação de políticas de inclusão.” (Galasso; Poloni, 2025, p. 10).

3 METODOLOGIA

Esse estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, quali-quantitativa com ênfase em realizar uma descrição de como o docente pode promover a efetivação da educação inclusiva, especificamente, na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). Para isso, foram analisados artigos científicos atuais, dos últimos 5 anos (2020 a 2025) selecionados na base de dados Scielo e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “educação inclusiva” e “papel do professor na educação inclusiva”.

Para a coleta de dados, também foi realizada a aplicação de um questionário na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB). O questionário é composto por 12 perguntas, das quais questionam, respectivamente, a formação acadêmica do entrevistado; a profissão atual; o tempo de atuação na educação especial; a existência de curso especializado para o docente atuar com discentes neurodivergentes; se o docente conhece a legislação da educação especial; se a instituição de ensino selecionada disponibiliza educação continuada para lidar com os alunos neurodivergentes; em que espaço de tempo eles realizaram a formação; quais as dificuldades enfrentadas para lidar com os alunos neurodivergentes; se recebe apoio da gestora da instituição; recursos pedagógicos usados; como o docente avalia a atuação da família nos casos da educação dos alunos neurodivergentes; e quais ações

poderiam melhorar a promoção da inclusão escolar.

Bastos (*et al.*, 2023) destacam que a aplicação de questionário é uma medida comum para a realização de uma coleta de dados para uma pesquisa mista. O questionário compreende um conjunto de perguntas que seguem uma sequência lógica, com o propósito de medir ou descrever variáveis e circunstâncias. Em virtude disso, esse foi o mecanismo selecionado para a realização da coleta de dados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB), bem como por meio da análise dos artigos científicos dos últimos 5 anos (2020 a 2025) selecionados na base de dados Scielo e Google Acadêmico de acordo com a temática proposta.

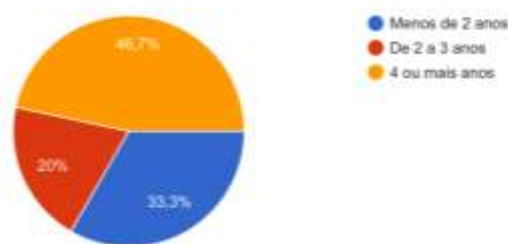
A primeira pergunta questionou a função que o entrevistado exerce na Educação Especial. Cerca de 15 pessoas participaram do questionário, sendo, em sua maioria, professor mediador (80%), seguido de profissional de apoio (20%) conforme questionário.

O professor mediador pode ser entendido como o docente que norteia o discente no processo de aprendizagem; enquanto o profissional de apoio “auxilia na rotina de vida diária dos estudantes, de modo

que seja facilitada a participação dos alunos com necessidades especiais.” (Ziliotto; Burchert, 2020, p. 1).

Com relação ao tempo que esses profissionais atuam como professor mediador, e como profissional, a maioria possui mais de 4 anos (46,7); seguido daqueles que possuem menos de 2 anos (33,3%), e daqueles que possuem entre 2 e 3 anos (20%) conforme observado na Figura 1:

Gráfico 1 – Quanto tempo você atua nessa modalidade?



Fonte: Autores (2025)

A experiência na educação especial é um componente essencial para que os discentes tenham acesso a aulas de qualidade. Nesse sentido, “é fundamental a participação de profissional com qualificação específica, uma vez que o processo educativo deve ser realizado tendo em vista os aspectos essenciais para a promoção da qualidade de vida da criança.” (Esper *et al.*, 2022, p. 2).

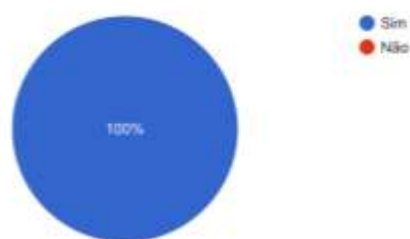
A questão da qualificação profissional é um ponto inquestionável no que concerne à relevância para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem de alunos que apresentam alguma necessidade específica. Nesse escopo, também foi avaliada a formação

acadêmica dos entrevistados. Alguns entrevistados apresentavam graduação e/ou pós-graduação, enquanto outros eram pedagogos, além de outras formações.

A participação dos entrevistados em cursos, formações ou capacitações sobre Educação Inclusiva também foi questionada, tendo em vista o crescimento do índice de alunos especiais nas escolas públicas e privadas no Brasil. Nesse sentido, “entre 2015 e 2020, houve um incremento médio de 12% ao ano na matrícula de alunos com deficiência nas escolas públicas e privadas do país.” (Pinho *et al.*, 2024, p. 4).

Com relação aos entrevistados, todos eles já participaram de cursos, formações ou capacitações sobre Educação Inclusiva. Esse resultado é esperado, uma vez que o número de discentes com alguma deficiência tem apresentado uma expressiva elevação ano após anos conforme o autor Pinho (et al., 2024) mencionada em seu artigo, e vale ressaltar que essa informação tem como base o Ministério da Educação (MEC).

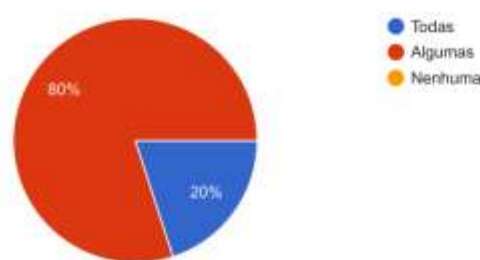
Gráfico 2 – Você já participou de cursos, formações ou capacitações sobre Educação Inclusiva?



Fonte: Autores (2025)

A formação continuada dos professores é fundamental para o aprimoramento técnico dos profissionais no que concerne aos alunos com necessidades especiais. A pergunta 5 questionou se os entrevistados conhecem alguma legislação da Educação Especial.

Gráfico 3 – Você conhece a legislação da Educação Especial?



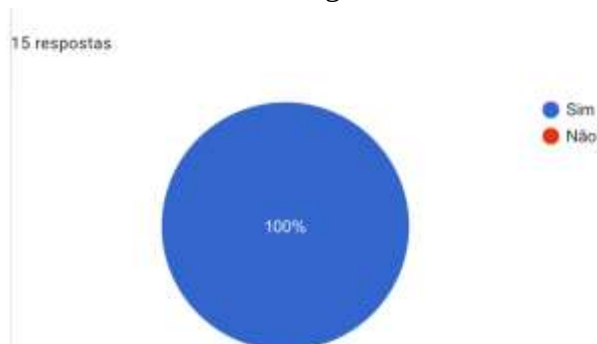
Fonte: Autores (2025)

Então, conforme o gráfico, (80%) deles afirmaram que conhecem algumas leis, enquanto (20%) conhece todas. E nenhum afirmou que desconhece a legislação da Educação Especial. Esse resultado demonstra que, cada vez mais, as pessoas estão tomando conhecimento das leis que gerenciam os direitos das pessoas com deficiência.

Outro questionamento levantado foi se escola em que o profissional atua, juntamente com a Secretária Municipal de Educação (SEMED), disponibilizam formação continuada para trabalhar as especificidades dos alunos neurodivergentes. Sendo que a formação continuada é uma ferramenta importante para a promoção do constante aprimoramento do conhecimento e das técnicas usadas pelos docentes para estimular

a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Gráfico 4 – A sua escola, juntamente com a SEMED, disponibiliza formação continuada para trabalhar as especificidades dos alunos neurodivergentes?



Fonte: Autores (2025)

Na Figura 4, observa-se que todos os entrevistados afirmaram que a escola, em conjunto com a Secretária Municipal de Educação disponibiliza formação continuada para trabalhar as especificidades dos alunos neurodivergentes. Essa medida é fundamental

para que professores, cada vez mais qualificados, administrem o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Os entrevistados também foram questionados sobre a disponibilização da formação continuada para trabalhar as especificidades dos alunos neurodivergentes, os entrevistados destacam que ela ocorre de forma mensal, em diferentes espaços de tempo, e que variam de acordo o evento em questão. Dessa forma, esse processo ocorre algumas vezes ao ano, variando a cada semestre.

Questionados sobre quais as dificuldades e desafios para trabalhar com as crianças neurodivergentes, os 15 entrevistados apresentaram diversas respostas, das quais foram organizadas seguindo a ordem:

Quadro 1 – Dificuldades e desafios para trabalhar com as crianças neurodivergentes.

Dificuldades e desafios apontados	Número de entrevistados que apontaram tais dificuldades e desafios
Trabalhar com crianças neurodivergente não verbal	6
Adaptação pessoal e curricular	4
Rotina e sensibilidade	2
Salas de aula lotadas	11
Apoio de alguns profissionais	8
Ausência e apoio das famílias	12
Resistência dos alunos no processo de aprendizagem	9
Atender 10 crianças de uma só vez na sala de recursos	5
Adaptabilidade do professor diante das necessidades do discente e a compreensão das especificidades de cada criança e suas particularidades	9
Falta de materiais pedagógicos e locais adequados	11
Garantir uma educação inclusiva de qualidade	6
Conquistar os alunos até adquirir afinidade e continuar com o trabalho	8
Ausência de uma equipe multidisciplinar capacitada	9

Fonte: Autores (2025).

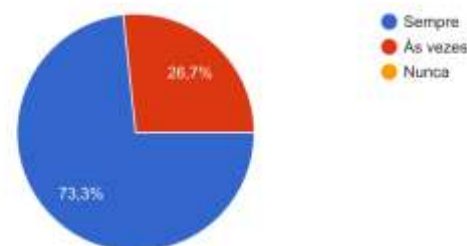
Nesse norte, a implementação da inclusão escolar enfrenta diversos obstáculos no cotidiano educacional, que vão desde questões estruturais e pedagógicas até questões relacionados à formação dos profissionais da educação.” (Matos, 2024. p. 4). Os professores precisam ser capacitados para lidar com as adversidades apresentadas pelos indivíduos com deficiência: a inclusão escolar exige que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade e adaptar suas práticas pedagógicas (Matos, 2024).

Para superação dos desafios, é necessário que tanto os profissionais da educação, como a família, e toda a comunidade participem do processo de inclusão do aluno portador de alguma deficiência, isso porque a “construção de um ambiente educacional equitativo apresenta desafios que vão desde uma mudança de mentalidade e práticas por parte dos educadores, famílias e comunidade escolar, até a adaptação curricular para atender às necessidades de cada aluno.” (Dourado; Cruz; Aquino, 2024, p. 3).

Com relação ao apoio da equipe gestora da escola para atuar na Educação Especial, (73,3%) afirma que sempre recebe apoio, enquanto (26,7%), conforme a figura 7, afirma que o apoio somente ocorre às vezes, e nem sempre. Vale lembrar que para a inclusão ser efetiva, é necessário um esforço conjunto entre gestores, professores, familiares e toda a

comunidade escolar (Dourado; Cruz; Aquino, 2024, p. 3).

Gráfico 5 – Você recebe apoio da equipe gestora da escola para atuar na Educação Especial?



Fonte: Autores (2025)

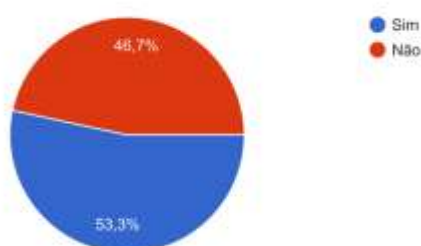
A pergunta 10 questionou quais recursos pedagógicos e materiais você costuma utilizar no trabalho com crianças neurodivergentes. Sendo eles: lúdico com material reciclado; atividades adaptadas, lúdica, jogos educativos; recursos didáticos, disponibilizado pela a escola e construído.; elaboração de mapas mentais e mini maquetes, pois facilita a aprendizagem dos alunos; atividades com recursos pedagógicos; jogos que desenvolvem a função cognitiva; atividades curtas e diversificadas; momentos de pausa; refúgios sensoriais (cantinhos tranquilos); uso de reforço positivo (elogios e recompensas simbólicas); trabalho em duplas ou pequenos grupos; e atividades adaptadas impressas, jogos.

Entre os recursos lúdicos mais usados, ressaltam-se o uso de jogos, e outros tipos de recursos lúdicos pelos professores. “Os recursos lúdicos permitem a construção do

vínculo entre aluno/professor/conhecimento.”

(Sá; Souza, 2025, p. 4). São os jogos e as brincadeiras, que promovem o aprendizado, e fortalece o vínculo entre os alunos, e os professores.

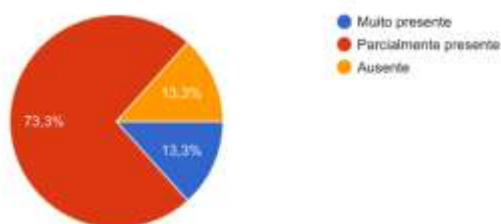
Gráfico 6 – Você considera que o tempo destinado ao planejamento pedagógico é suficiente?



Fonte: Autores (2025)

Na figura 8, observa-se os resultados sobre a visão dos professores quanto ao tempo destinado ao planejamento pedagógico, sendo que (53,3%) consideram o tempo suficiente, e (46,7%) consideram o tempo insuficiente. Sobre a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos neurodivergentes, a figura 9 mostra que (73,3%) dos entrevistados destacam que a família participa parcialmente; sendo (13,3%) muito presente, e (13,3%) ausente.

Gráfico 7 – Como você avalia a participação da família no processo de aprendizagem dos alunos neurodivergentes?



Fonte: Autores (2025)

Acerca da relevância da família para a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, ressalta-se que essa instituição é de grande importância, pois a família pode ajudar o docente a identificar as necessidades dos alunos, bem como pode colaborar para a construção de soluções para as necessidades de acordo com cada indivíduo.

Sobre melhorias para garantir uma inclusão escolar mais efetiva e equitativa, os entrevistados apresentaram as seguintes soluções:

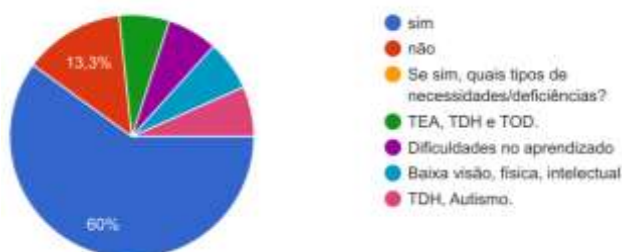
- Palestras com os alunos e conscientização para que os alunos neurodivergentes venham ter mais acolhimento em sala e na escola;
- Equipe multidisciplinar;
- Mais incentivos para os profissionais;
- Cursos de formação continuada voltada para educação inclusiva, deveriam ser estendidos aos professores regentes;
- Mais recursos pedagógicos;
- Ficar na formação de professores, adaptação ao ambiente físico, na valorização cultural e social com vídeos, áudios e atividades práticas e oferecer um ambiente estruturado onde o aluno se sinta bem;
- Projetos de inclusão;
- As escolas podem melhorar o atendimento às crianças neurodivergentes investindo em formação continuada para professores,

abordando temas como inclusão, neurodiversidade e estratégias de ensino diferenciadas.

Os entrevistados indicaram soluções para a promoção da inclusão de alunos com deficiência, destacando-se mais recursos pedagógicos, projetos voltados para a inclusão de pessoas com deficiência e aprimoramento das habilidades dos professores por meio da formação continuada.

Na figura 10, estão organizados os dados sobre a existência de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas na turma que os entrevistados ministram. Cerca de (60%) dos entrevistados afirma que nas suas turmas possuem aluno com deficiência, sendo que alguns apresentam dificuldades no aprendizado, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e outros.

Gráfico 8– Você possui alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas na sua turma atual?



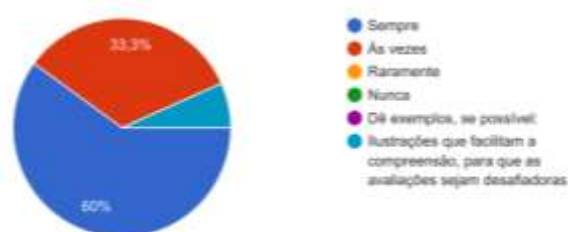
Fonte: Autores (2025)

Acerca das estratégias pedagógicas você utiliza para garantir a inclusão desses alunos, ressaltam-se:

Proposta que inclua todos os alunos para que ele se sinta incluso no seu meio escolar;

- Metodologias ativas: jogos;
- Promover a participação conjunta dos alunos nas atividades. Ser flexível e adaptável, observando as dificuldades para facilitar a compreensão;
- Adaptação curricular;
- Ser mais paciente, pensar em outra forma mais descontraída pra passar o conteúdo;
- Tento dividir as turmas para um atendimento por etapa de aprendizagem;
- Uso de recursos pedagógicos adaptados.

Gráfico 9 – Você adapta atividades e avaliações para atender às necessidades desses alunos?



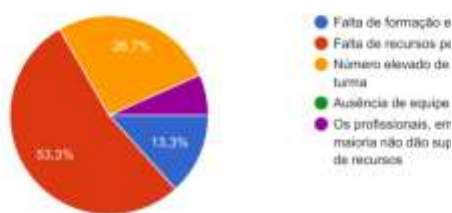
Fonte: Autores (2025)

No que concerne à adaptação das atividades e avaliações para atender às necessidades dos alunos, a Figura 11, aponta que em (60%) das vezes, o docente busca

adaptar a atividade para promover a inclusão e aprendizado do aluno com necessidades especiais. Sendo que (33,3%), afirma que às vezes faz isso.

Acerca da relação com os profissionais de apoio, como, por exemplo, Atendimento Educacional Especializado(AEE), cuidadores ou intérpretes de Libras, alguns entrevistados afirmam ter relação com esse pessoal, outros afirmam que seus alunos não participam da sala do AEE. De modo geral, a convivência é boa.

Gráfico 10 – Quais são os principais desafios que você enfrenta na prática da educação inclusiva



Fonte: Autores (2025)

Por último, foram questionados quais são os principais desafios que você enfrenta na prática da educação inclusiva. A maioria dos desafios, conforme mencionado anteriormente, é a falta de formação específica, ausência ou poucos recursos pedagógicos, número elevado de aluno, inexistência de equipe de apoio, e pouco suporte de outros profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese dessa pesquisa, é de que por meio da capacitação contínua; uso de

tecnologias; atividades acolhedoras e colaborativas, o docente pode promover a efetivação da educação inclusiva. Essa hipótese foi confirmada conforme os dados apresentados nos resultados, haja vista que os entrevistados mencionaram as seguintes soluções para a efetivação da educação inclusiva: proposta que inclua todos os alunos para que ele se sinta incluso no seu meio escolar; metodologias ativas: jogos; promover a participação conjunta dos alunos nas atividades. Ser flexível e adaptável, observando as dificuldades para facilitar a compreensão; adaptação curricular; ser mais paciente, pensar em outra forma mais descontraída pra passar o conteúdo; tento dividir as turmas para um atendimento por etapa de aprendizagem; uso de recursos pedagógicos adaptados.

Quanto objetivo geral dessa pesquisa, que é foi analisar o impacto da educação inclusiva na promoção dos direitos dos alunos que portam algum tipo de deficiência, destaca-se que a educação inclusiva apresenta diversos benefícios para os alunos com necessidades especiais, como a inclusão desses alunos no sistema de ensino e, conseqüentemente, a promoção do processo de ensino e aprendizagem, independentemente, de qualquer limitação.

Em relação aos objetivos específicos do estudo, alguns obstáculos enfrentados pelos professores para a implementação da educação inclusiva foram mencionados pelos entrevistados, como, por exemplo, trabalhar

com crianças neurodivergente não verbal; adaptação, rotina e sensibilidade; salas de aula muito lotadas; ausência de apoio dos pais e alguns profissionais; a cada ano os desafios são diferentes, mas geralmente a ausência da família é frequente; na maioria das vezes, os pais são os mais difíceis de lidar.

A resistência dos alunos também é um desafio; desafios nas necessidades de adaptações curriculares; dificuldade: os alunos comparecerem na sala de recursos; desafios: conseguir atender 10 crianças de uma só vez; dificuldade em compreender as especificidades de cada criança garantir uma educação inclusiva de qualidade; lidar com os alunos até adquirir afinidade e continuar com o trabalho; dificuldade no comportamento, e falta de locais adequados e faltas de recursos para as aulas. Nesse contexto, a função do professor no processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de deficiência é garantir a aprendizagem e inclusão de todos os alunos. Para isso, ele deve usar mecanismos lúdicos para a promoção da educação inclusiva na (EMEB).

Portanto, respondendo a problemática desse artigo, foi visto que os desafios encontrados pelos professores para atuar na educação inclusiva são vários e complexos, porém, os docentes podem promover a efetivação da educação inclusiva na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) por meio da reivindicação de formação continuada específica; estreitamento dos laços entre família e escola; atuação eficaz de uma equipe

multifuncional; rever a questão da quantidade de alunos atendidos na sala de recursos; promover o acolhimento em sala e na escola por meio do aprimoramento pessoal; realizar projetos de inclusão abordando temas como inclusão, neurodiversidade e estratégias de ensino diferenciadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 28 de agosto de 2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 28 de agosto de 2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em 01 de outubro de 2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at

o2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 10 de outubro de 2025.

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa *et al.* **O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences Volume 5, Issue 3, 2023.

DOURADO, Solange Oliveira; CRUZ, Emerson Júlio Sampaio; AQUINO, Júlia Marta. **Educação especial: inclusão e desafios na construção de um ambiente educacional equitativo.** Revista Contemporânea, v. 4, n. 3, p. e3660-e3660, 2024.

ESPER, Marcos Venício *et al.* **Atuação do professor de Educação Especial no cenário da Pandemia de Covid-19.** Rev. Bras. Ed. Esp., Corumbá, v.28, e0092, p.227-242, 2022.

GALASSO, Bruno José Betti; POLONI, Paula Keiko Iwamoto. **Formação docente para a educação inclusiva: inovação, tecnologias assistivas e desafios no ensino superior.** Caderno Pedagógico, v. 22, n. 7, p. e16290-e16290, 2025.

GONÇALVES, Ana Sofia Clemente. **As lideranças na educação inclusiva.** Desafios ou oportunidades? Revista Portuguesa de Investigação Educacional, n. 25, p. 1-19, 2023.

LEITE, Nalva Pereira. **Educação inclusiva: desafios e concepções.** Revista Artigos. Com, v. 21, p. e4643-e4643, 2020.

MATOS, Maria Aparecida Rabelo de Sousa. **Inclusão escolar: desafios e práticas na Educação especial.** Revista Interseção, v. 6, n. 1, p. 118-134, 2024.

MENDES, Amanda Ferreira; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; POLETO, Lizandro. **Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização.** Altus Ciência, v. 17, n. 17, p. 23-35, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.

PINHO, Ana Paula Henrique *et al.* **O crescimento exponencial do atendimento na educação inclusiva e o perfil dos professores regentes para um melhor atendimento dos alunos neuroatípicos:** Renovando o olhar nas escolas do SESI Ceará. Caderno Pedagógico, v. 21, n. 8, p. e6913-e6913, 2024.

SEABRA, Magno Alexon Bezerra *et al.* **Educação inclusiva no Brasil: uma reflexão sobre os desafios educacionais.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 5, p. e4155-e4155, 2024.

SILVEIRA, Núbia Maria Gomes; SANTOS, Laissa Karen Faustino; STASCXAK, Francinalda Machado. Os desafios das crianças com autismo à Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021.

SÁ, Elisângela Santos da Silva; SOUZA, Bruna Rafaela Silva. **A importância do professor na alfabetização lúdica para a educação especial.** Revista acadêmica da Lusofonia, v. 2, n. 6, p. 1-11, 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

ZILIOTTO, Denise Macedo; BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial.** Roteiro vol. 45 Joaçaba jan./dez 2020.